

GRUPO MULTIDISCIPLINAR COVID-19

BOLETIM INFORMATIVO: 15/04/2020, 11H

I. Resumo dos Principais Atos Legais e Regulamentares.

[Decisão ANAC 71](#), de 14 de abril de 2020, aprova diretrizes para permitir em caráter excepcional o transporte de carga nos compartimentos de passageiros durante a pandemia da COVID-19.

[Resolução 2 do Comitê de Crise para Supervisão e Monitoramento dos Impactos da Covid-19](#), de 14 de abril de 2020, altera a Resolução nº 1/2020, para dispor sobre a composição do Grupo de Trabalho para a Coordenação de Ações Estruturantes e Estratégicas para Recuperação, Crescimento e Desenvolvimento do País, no âmbito do Comitê de Crise da Covid-19.

[Portaria MAPA 15](#), de 14 de abril de 2020, autoriza, a partir de abril de 2020, o pagamento em parcela única, em decorrência do estado de calamidade pública e as medidas de enfrentamento da propagação da pandemia do coronavírus (COVID-19), dos benefícios aos agricultores que aderiram na safra de 2018/2019 ao Garantia-Safra nos Municípios constantes do Anexo único desta Portaria.

[Ato Declaratório Executivo RFB 14](#), de 13 de abril de 2020, dispõe sobre os procedimentos a serem observados para o preenchimento da GFIP em situações relacionadas à pandemia: (a) dedução do valor correspondente aos primeiros 15 dias subsequentes ao do afastamento do segurado empregado cuja incapacidade temporária para o trabalho seja, comprovadamente, decorrente de sua contaminação pelo coronavírus; (b) redução em 50% das alíquotas das contribuições relativas às competências abril, maio e junho de 2020 devidas a terceiros (Sistema S); (c) prorrogação para agosto e outubro de 2020 do vencimento das contribuições previdenciárias a cargo da empresa.

[Resolução ME COFIEIX 2](#), de 13 de abril de 2020, institui procedimentos, em caráter extraordinário, para avaliação e autorização da preparação de projetos e programas

do setor público com o apoio de natureza financeira de fontes externas, em vista da decretação do estado de calamidade pública no contexto da pandemia do coronavírus.

[Instrução Normativa DREI 79](#), de 14 de abril de 2020, dispõe sobre a participação e votação a distância em reuniões e assembleias de sociedades anônimas fechadas, limitadas e cooperativas.

[Portaria MTur 181](#), de 14 de abril de 2020, suspende a obrigatoriedade de pagamento dos débitos decorrentes de parcelamentos oriundos de glosa parcial e reprovação de contas de convênios e instrumentos congêneres, no âmbito do Ministério do Turismo, e os prazos de que trata a Portaria Interministerial nº 424/2016, no âmbito do Ministério do Turismo, tendo em vista a pandemia de Covid-19.